



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE LUIZ ALVES**

**MINUTA DO TERMO DE PARCERIA N.º 01/2019**

O **MUNICÍPIO DE LUIZ ALVES**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ sob o n.º 83.102.319/0001-55, com sede administrativa na Rua Erich Gielow, n.º 35, Bairro Centro, no município de Luiz Alves/SC, neste ato, representado pelo seu Prefeito Municipal, Sr. **MARCOS PEDRO VEBER**, residente e domiciliado nesta cidade, e de outro lado o **CENTRO DE TRADIÇÕES GAÚCHAS LAÇO LUISALVENSE – CTG LAÇO LUISALVENSE**, pessoa jurídica de direito privado, inscrito no CNPJ n.º 83.799.163/0001-03, com sede na Rodovia SC 414, n.º 1.101, Bairro Vila do Salto, no município de Luiz Alves/SC, neste ato, representado por seu presidente, Sr. **CLÉRCIO ADENIR REUTER**, portador do CPF n.º 854.366.159-53, residente e domiciliado neste município, celebram este Termo de Parceria, nos termos da Lei Federal n.º 9.790/1999, e na Lei Municipal n.º \_\_\_\_/2019, mediante as seguintes cláusulas e condições.

**CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO**

Constitui-se objeto deste instrumento o repasse financeiro, nos termos da Lei Municipal n.º \_\_\_\_/2019, por meio da parceria firmada entre o Município de Luiz Alves e a entidade CTG Laço Luisalvense, na modalidade de inexigibilidade de chamamento público, nos moldes do Plano de Trabalho, no valor de R\$ 25.000,00 (vinte e cinco mil reais), para e exclusiva realização do evento esportivo e cultural “30º Rodeio Interestadual de Competição de Laço” a ser realizado entre os dias 19 a 21 de julho de 2019.

**CLÁUSULA SEGUNDA – DOS RECURSOS**

Para a execução do presente Termo de Parceria, será destinado recursos financeiro no valor global de até R\$ 25.000,00 (vinte e cinco mil reais), conforme classificação orçamentária específica.

**CLÁUSULA TERCEIRA – DA LIBERAÇÃO DOS RECURSOS**

Os recursos financeiros serão transferidos por meio de dotação específica, em parcela única, em conta específica, identificada com o nome da Organização.

**Parágrafo único.** O pagamento das parcelas descritas no *caput* desta cláusula fica condicionado à entrega e aprovação das prestações de contas, conforme o prazo previsto neste instrumento.

**CLÁUSULA TERCEIRA – DA APLICAÇÃO DOS RECURSOS**

Os recursos recebidos pela Organização deverão ser aplicados, conforme o Plano de Trabalho proposto.

§ 1º É vedado à Organização:

- I - realizar despesas com honorários de contador, administrador e advogado;
- II - utilizar o recurso em finalidade diversa da estabelecida no termo, ainda que em caráter de emergência;
- III - realizar despesas que não estejam relacionadas ao objeto do termo;
- IV - realizar despesas com tarifas bancárias, multas, juros ou correção monetária, inclusive aquelas referentes a pagamentos ou recolhimentos fora de prazo;
- V - transferir recursos da conta específica para outras contas, bem como realizar o saque integral dos recursos do termo sem obedecer ao cronograma físico e financeiro da execução do objeto;
- VI - o saque dos recursos para pagamento das despesas em espécie;
- VII – realizar despesas com pagamento de servidores públicos inativos e servidores ativos;
- VIII – o pagamento de assessorias/consultorias prestadas por servidores públicos pertencentes ao quadro do Município de Luiz Alves;
- IX – realizar despesas com obras de construção e reforma de imóveis.

**CLÁUSULA QUINTA - DO PROGRAMA DE TRABALHO, DAS METAS E DOS RESULTADOS E DOS INDICADORES DE DESEMPENHO**

O detalhamento dos objetivos, das metas e dos resultados a serem atingidos, do cronograma de execução, dos critérios de avaliação de desempenho, com os indicadores de resultados, e a previsão de receitas e despesas, na forma dos incisos II, III e IV do § 2º do artigo 10 da Lei Federal n.º 9.790/99, constam do Programa de Trabalho proposto pela Organização e aprovado pelo Conselho da área correspondente de atuação, sendo parte integrante deste termo, independentemente de sua transcrição.

**CLÁUSULA SEXTA – DAS OBRIGAÇÕES DA ORGANIZAÇÃO**

A Organização obriga-se à:

- I – realizar e zelar, conforme Programa de Trabalho aprovado, pela boa qualidade das ações e serviços prestados e buscando alcançar eficiência, eficácia, efetividade e economicidade em suas atividades;
- II - realizar apresentação de contas, quando do ato de prestação de contas;
- III - possuir conta específica, em Banco Oficial, para movimentar exclusivamente os recursos financeiros oriundos deste termo, devendo ser movimentada preferencialmente por meio de transferência eletrônica e/ou débito automático;



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE LUIZ ALVES**

- IV - não sendo possível a utilização dos recursos da forma prevista no inciso anterior, a movimentação poderá ser realizada por meio de cheques nominais e individualizados para cada credor, desde que devidamente justificado;
- V - executar direta e indiretamente, nos termos da legislação pertinente, os trabalhos necessários à consecução do objeto de que trata este termo, observando sempre os critérios de qualidade técnica, os custos e prazos previstos;
- VI - aplicar os recursos financeiros recebidos e os rendimentos auferidos das aplicações financeiras, exclusivamente na consecução do objeto pactuado, conforme Plano de Trabalho, ainda que em caráter de emergência, devendo responsabilizar-se pela correta aplicação, sendo vedado o pagamento de tarifas bancárias, multas e juros de qualquer tipo;
- VII - prestar contas à Controladoria Interna do Município dos recursos financeiros recebidos, no prazo de 60 (sessenta) dias após o recebimento do repasse, em conformidade com a Cláusula Oitava deste Termo;
- VIII - restituir aos Cofres Públicos da Municipalidade o saldo dos recursos, inclusive os rendimentos da aplicação financeira, na data da conclusão ou rescisão do termo;
- IX - não repassar os recursos financeiros recebidos a outras entidades de direito público ou privado;
- X - manter arquivada a documentação comprobatória das despesas realizadas, devidamente identificada com o número do termo, ficando a disposição dos órgãos de controle externo e interno pelo prazo de 05 (cinco) anos, contados da aprovação da prestação de contas do gestor do órgão concedente, relativo ao exercício da concessão;
- XI - cumprir os prazos conveniados relativos à aplicação dos recursos e à prestação das respectivas contas;
- XII - não utilizar nomes, símbolos ou imagens que caracterizem promoção social e pessoal de agentes públicos, políticos ou administrativos;
- XIII - apresentar relatório final sobre a execução do objeto do presente Termo de Parceria, contendo comparativo específico das metas propostas com os resultados alcançados, acompanhado de prestação de contas dos gastos e receitas efetivamente realizados;
- XIV - responsabilizar-se, integralmente, pelos encargos de natureza trabalhista e previdenciária, referentes aos recursos humanos utilizados na execução do objeto deste termo, decorrentes do ajuizamento de eventuais demandas judiciais, bem como por todos os ônus tributários ou extraordinários que incidam sobre o presente instrumento, ressalvados aqueles de natureza compulsória, lançados automaticamente pela rede bancária arrecadadora.

**CLÁUSULA SÉTIMA – DAS OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO**

O Município obriga-se à:

- I - transferir os recursos financeiros para a manutenção e execução deste termo, na forma estabelecida na Cláusula Terceira deste termo;
- II - acompanhar, supervisionar, coordenar e fiscalizar a execução deste termo, diretamente ou por meio de seus órgãos ou entidades;
- III - analisar e aprovar as prestações de contas dos recursos financeiros alocados pelo Município, bem como o relatório final.

**CLÁUSULA OITAVA – DA PRESTAÇÃO DE CONTAS**

A Organização fica obrigada a apresentar a prestação de contas à Controladoria Interna do Município no prazo de 60 (sessenta) dias, a contar do recebimento do repasse, sob pena de rescisão do contrato.

**§ 1º** A prestação de contas deve conter, obrigatoriamente:

- I - balancete de prestação de contas, assinado pelo Presidente, Tesoureiro e/ou Contador da Organização;
- II - cópias dos cheques nominais emitidos;
- III - extratos da conta bancária específica, contendo a movimentação completa de depósitos e retiradas por cheques no período;
- IV - comprovantes originais das despesas realizadas, emitidas em nome da Organização, com todos os dados devidamente preenchidos;
- V - conciliação bancária, quando for o caso;
- VI - demais documentos previstos requisitados pela Controladoria Interna do Município.
- VII - relatório anual de execução de atividades, contendo especificamente relatório sobre a execução do objeto do Termo de Parceria, bem como comparativo entre as metas propostas e os resultados alcançados;
- VIII - demonstrativo integral da receita e despesa realizadas na execução;
- IX - extrato da execução física e financeira;
- X - demonstração de resultados do exercício;
- XI - balanço patrimonial;
- XII - notas explicativas das demonstrações contábeis, caso necessário.

**§ 2º** Todos os documentos fiscais devem ser originais e sem rasuras, com data dentro do período de vigência do Termo, sendo vedada a utilização de documento fiscal com data anterior à sua assinatura.

**CLÁUSULA NONA – DO PRAZO DE VIGÊNCIA**

O presente termo entra em vigor na data de sua assinatura e terá vigência até o encerramento do evento.



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE LUIZ ALVES**

**CLÁUSULA DEZ – DA PUBLICIDADE**

O Município de Luiz Alves realizará a publicação, na imprensa oficial do Município, do extrato do presente Termo de Parceria e do demonstrativo da sua execução física e financeira, conforme previsão expressa no inciso VI do § 2º do artigo 10 da Lei Federal n.º 9.790/99.

**CLÁUSULA ONZE – DA FISCALIZAÇÃO**

Caberá a Secretaria Municipal de Esportes e Cultura a fiscalização da aplicação do repasse pela Organização.

**CLÁUSULA DOZE – DA AVALIAÇÃO DE RESULTADOS**

Os resultados atingidos com a execução deste Termo devem ser analisados pela Comissão de Avaliação.

**Parágrafo único.** A Comissão de Avaliação emitirá relatório conclusivo sobre os resultados atingidos, de acordo com o Programa de Trabalho, com base nos indicadores de desempenho, e o encaminhará ao Município em até 60 (sessenta) dias após o término deste ajuste.

**CLÁUSULA TREZE – DA RESCISÃO**

As partes poderão propor, a qualquer tempo, a rescisão do presente Termo se ocorrer comprovado inadimplemento de suas cláusulas ou condições, por mútuo consenso das partes, pela superveniência de normas legais que o torne material ou formalmente inexecutável, ou ainda:

I - quando não for executado o objeto da avença;

II - quando os recursos forem utilizados em finalidade diversa da estabelecida neste termo;

III - quando não apresentada a prestação de contas no prazo estabelecido;

IV - quando descumpridas as cláusulas deste termo.

**Parágrafo único.** Nos casos elencados no *caput* e incisos desta cláusula, a Organização deverá restituir a Administração Pública o valor transferido, atualizado monetariamente, desde a data do recebimento, sob pena de instauração do processo administrativo ou judicial cabível.

**CLÁUSULA QUATORZE – DO FORO**

As questões decorrentes da execução deste termo, que não possam ser dirimidas administrativamente, serão processadas e julgadas no Foro da Comarca de Navegantes.

Luiz Alves, 19 de junho de 2019.

---

**Marcos Pedro Veber**  
Prefeito Municipal

---

**CLÉRCIO ADENIR REUTER**  
Presidente do Centro de Tradições Gaúchas Laço Luisalvense  
CTG Laço Luisalvense

TESTEMUNHAS:

---

---